

A112710

Eduardo Caliman

É jornalista e escreve às quintas-feiras neste espaço

E-mail: ecaliman@redegazeta.com.br

/// O Estado anuncia um investimento bilionário e histórico, mas pensa em excluir desse pacote uma obra importantíssima para milhares de pessoas

A canelada do pedágio

Duas notícias divulgadas nos últimos dias, sobre planos do governo do Estado, parecem fora de sintonia. A primeira é a de que o Estado vai receber nos próximos dias o maior volume de dinheiro de sua história – R\$ 3,5 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da União. A segunda é a de que o Estado estuda entregar à empresa concessionária as obras de ampliação da Terceira Ponte, deixando que ela cobre pedágio por mais alguns anos, depois do fim do atual contrato, em 2023.

Souu, no mínimo, estranho. Trocando em miúdos, o Estado comunicou que terá

eles têm de forma rotineira.

A malha rodoviária estadual possui mais de 6 mil quilômetros e, só neste ano, consumiu R\$ 489 milhões em investimentos. O dinheiro entrou em obras de mobilidade metropolitana, obras de arte especiais, projetos de engenharia, conservação preventiva e sinalização em todas as estradas. Foram entregues à sociedade mais de 216 novos quilômetros de rodovias.

Apesar da imponentia, a Terceira Ponte tem apenas 3,3 km – nem 0,1% da malha estadual. Os números mostram que se gasta dinheiro público com 99,94% das vias, mas com um trecho de 0,06%, o discurso é de que não dá; esse, o cidadão tem de manter. E a conta não é barata. De R\$ 1,80 em R\$ 1,80 – valor que vai subir em janeiro próximo –, uma família com duas pessoas que trabalham em Vitória pode gastar R\$ 180 por mês, mais de R\$ 2 mil por ano.

Proporcionalmente, a tarifa é a quarta mais cara do país. A concessionária ar-